

## Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH



Alvoni  
Medina



Adeli  
Sell



Biga  
Pereira



Cláudio  
Conceição



Fernanda  
Barth



Pedro  
Ruas

### 012ª CEDECONDH 30ABR2024

**Pauta:** Tratar sobre o incêndio ocorrido, no dia 26/04/2024, na Pousada Garaa da Avenida Farrapos, nesta Capital.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** (10h) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Algumas pessoas estão com dificuldades, o nosso presidente Alvoni Medina está com problemas intransponíveis; eu, como vice-presidente, vou conduzir a reunião. Independentemente de nós conseguirmos, agora, às 10h, quórum qualificado, a nossa proposição é que os convidados sejam chamados à Mesa neste momento. Nós tomaremos, de qualquer maneira, os depoimentos, ainda mais após o esforço que todos tiveram. Eu acertei aqui com a assessoria do Ver. Medina, presidente, e nós vamos colocar em ata e vamos submeter à reunião às 14h, que é a reunião ordinária. Acho que não há nenhum problema sobre isso; e, por isso, nós vamos conduzir de tal maneira, dado inclusive o tempo, e o próprio Executivo nos mandou um texto, que eu vou iniciar, em seguida, lendo, para a gente poder conduzir esta reunião a bom termo. Pode ser? (Pausa.) Nós estamos com a assessoria da comissão também a postos. Serão tomadas notas das questões principais, e eu levo ao presidente Medina na reunião ordinária da tarde, para que não haja prejudicialidade de ninguém.

Enquanto eu aguardo aqui a lista das autoridades, vou ler para as senhoras e para os senhores o documento que veio do gabinete do prefeito, que depois eu vou anexar à ata (Lê.): “Porto Alegre, 30 de abril de 2024. Senhor Presidente: Em atenção ao ofício, venho respeitosamente reafirmar o profundo pesar que vive Porto Alegre diante da dolorosa tragédia que vitimou 10 (dez) cidadãos na madrugada da última sexta-feira, 26 de abril. Desde o primeiro momento, a Prefeitura de Porto Alegre atuou com agilidade no socorro e acolhimento das vítimas e na adoção de providências para apuração do ocorrido, tudo com a máxima transparência e responsabilidade no trato com as pessoas e as informações. Como anunciamos publicamente, determinei abertura de Investigação Preliminar Sumária (IPS) no âmbito do Município, acompanhada de uma força-tarefa multidisciplinar para vistorias nos espaços conveniados com a Pousada Garoa. Nessa segunda-feira, 29 de abril, na primeira sessão plenária imediatamente após o incêndio, orientei que os secretários das pastas envolvidas fossem de forma voluntária em comparecimento para prestar todos os esclarecimentos aos 36 (trinta e seis) vereadores do nosso Legislativo. E, assim, 5 (cinco) gestores ficaram à disposição no plenário por mais de 4 (quatro) horas. Da mesma forma, estive no Ministério Público, em reunião com O Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Saltz, e o Corpo de Bombeiros, assim como o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social esteve na Defensoria Pública do Estado (DPE). Sendo assim, avalia-se que todas as informações disponíveis no momento foram prestadas em tempo. Considerando que o requerimento da Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) chegou nessa segunda-feira – quando as agendas já estavam comprometidas com compromissos envolvendo a gestão, inclusive dos desdobramentos do incidente – e que todos os secretários já estiveram na Câmara Municipal, reforço que o Governo seguirá disponível para uma próxima reunião ordinária da comissão e também responde formalmente a quaisquer esclarecimentos que eventualmente tenham restado. Acreditando ter prestado os esclarecimentos necessários ao nobre Vereador, cumprimento-o cordialmente. Sebastião Meio, Prefeito de Porto Alegre.”. Eu peço que se anexe à ata.

Bom dia, Ver. Pedro Ruas. Como o Alvoni Medina, que é o presidente, não está e eu sou o vice, eu estou assumindo aqui a direção. A proposição é sua, e eu li agora esta carta do prefeito, porque eles não virão, estiveram ontem aqui. Eu estou pedindo para anexar esta carta à ata. Como nós já sabemos de antemão que alguns vereadores já disseram que não virão, nós vamos tomar a termo os depoimentos aqui e remeteremos para a comissão à tarde. Nós não podemos deixar de ouvir as pessoas que vieram aqui com essa chuvaçada, independentemente do quórum legal da reunião.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente em exercício; Ver.<sup>a</sup> Abigail; comandante Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; se o presidente me permite.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Sim, por óbvio.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu gostaria de começar compondo a nossa Mesa aqui, com a sua licença. Jair Krischke, por gentileza; Dra. Jucemara, que por sinal é da FASC – não representa esse ato, mas é da FASC; Elton Bozzetto, que é um cidadão de Porto Alegre que representa as pessoas em situação de rua há muitos anos em Porto Alegre; Regina, também, por favor – desculpa, Regina, eu não eu não tinha te visto aqui. Eu pergunto, vice-presidente Adeli, se nós temos, além das pessoas mencionadas agora, mais alguém representando alguma entidade ou setor.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Se alguém representar alguma instituição, por favor, pode se manifestar e vir à Mesa dando o seu nome.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Caroline, do Jornal Boca de Rua.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Por gentileza, Caroline. Tem um senhor que levantou a mão lá atrás.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Por gentileza.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Desculpa, é que a gente não...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Imagina se o Ministério Público não é chamado aqui, nós paramos tudo. Por gentileza. Caroline, bem-vinda.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Promotor Leonardo, do MP, Direitos Humanos. Não sei se de fora tem algum representante. Eu acho que é isso, Ver. Adeli.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** A Ver.<sup>a</sup> Abigail não estava aqui. Eu propus o seguinte: nós, de antemão, já sabemos que alguns vereadores que compõem o quadro desta comissão não estarão, portanto nós não teremos quatro para o quórum formal. Eu propus que, dado o tempo – a leitura do texto que veio da Prefeitura já foi feita –, que nós não deixemos as pessoas esperando aqui, que a gente tome os depoimentos dos presentes e que a gente leve a ata à reunião formal da comissão – a comissão se reúne hoje, às 14h. Se não houver objeção, mais uma vez, nós começaremos a reunião, e eu passo a palavra de imediato ao Ver. Pedro Ruas, que é o proponente desta oitiva.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, presidente Adeli Sell, sempre dirigente. Está aqui a professora Kerly Ferro, da Rede. Então, cumprimento novamente as pessoas presentes, agradecendo muito, é um dia muito difícil hoje, meu caro promotor Leonardo, Dr. Jair Kriscke, ele é difícil pela chegada aqui,

com uma chuva dessas, e ele é muito difícil pelo tema que tratamos. Eu lamento, em primeiro lugar, essa omissão do Executivo Municipal, lamento mesmo, essa omissão não é casual. Quando souberam ontem da reunião de hoje, Ver. Alex Fraga, que está aqui ao meu lado...

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Desculpe, o Alex não é dessa Comissão, sempre é bem-vindo; e a assessoria da Karen Santos também está no plenário.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu lamento muito, porque ontem já havia a informação, circulando no nosso plenário, Ver. Adeli Sell, que ao saber da reunião de hoje, marcada imediatamente após a tragédia, que soubemos, e que Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o Brasil e o mundo tomaram conhecimento, o governo municipal tinha uma posição de esvaziar esta reunião, não comparecendo as suas representações - sabíamos ontem à tarde disso, me foi dito por quatro ou cinco fontes diferentes todas do governo. Bem, é uma situação que coloca novamente o Executivo Municipal numa situação de... E eu estou falando por mim, Pedro Ruas, não pela Comissão e nem pelos demais vereadores presentes. A responsabilidade é minha do que falo. Então coloca novamente o Executivo Municipal numa situação de irresponsabilidade em relação ao que ocorreu; a primeira, foi permitindo que ocorresse a tragédia, e a segunda é negando-se a explica-la no foro adequado que é esta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão permanente da Casa. Isso aqui não é uma comissão provisória formada e exclusivamente para este fim em função dessa tragédia que foi brutal. Não, isso é uma comissão permanente, ela existia ontem, existe hoje e existirá amanhã. Portanto, a desconsideração com este Legislativo, que não é de hoje, se revela até mesmo num momento dramático como esse. Eu queria fazer esse registro, meu caro vice-presidente, Adeli Sell, em meu nome pessoal, mas também como integrante da Comissão de Direitos Humanos, o que me dá bastante orgulho, por sinal. Acho que é importante, como o senhor referiu, que passemos a ouvir os relatos. Eu sugiro que façamos uma rodada, indo de um lado para o outro e de outro para o outro, é uma sugestão.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Registro a presença de Ana Regina Medeiros de Lima, representando o deputado estadual Leonel Radde, e o Roque Grazioli, da Fundação Solidariedade, se o Roque quiser fazer parte da mesa, que é uma instituição histórica importante, por favor.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu só queria registrar que eu vejo a Vivian, lá da Construção Socialista, seja bem-vinda, Vivian.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Bom dia a todos e todas, quero inicialmente cumprimentar aqui meus colegas, Adeli Sell, Alex Fraga e o Pedro Ruas que é o proponente desta conversa. Eu estava lendo aqui, Ver. Pedro Ruas, a comunicação do senhor prefeito, justificando a ausência do governo, nesta nossa reunião, alegando que o convite, digamos, chegou no dia de ontem, segunda-feira, para uma reunião para acontecer na terça. Sim, gente, o sinistro aconteceu na sexta-feira. Então, é normal que chegue o convite na segunda, para essa reunião; para vocês verem o tratamento. De qualquer forma, cumprimentando a todos, eu vejo, Pedro Ruas, eu vejo no nosso plenário representação do governo, não sei se gostaria de estar aqui na mesa, como estão aqui no plenário, ou se vieram só para nos ouvir, eu agradeço a presença. Eu quero dizer a vocês que na sexta-feira, quando todos e todas aqui acordaram e ouviram a notícia da tragédia, todos ficamos estarecidos, entristecidos, enlutados, porque a situação é grave, é muito grave. Nós, imediatamente fomos ao local, chegamos a conversar com o delegado, buscar informações; na parte da tarde nós tivemos uma convocação da Defensoria Pública, que reuniu várias lideranças de várias entidades. Elogiável atitude, que é isso, imediatamente vamos buscar responsáveis, o que que aconteceu, vamos acelerar esse processo para que não aconteça novamente, porque tudo que a gente recebe de notícia, é que a casa, professor Alex, que teve esse sinistro, as outras são parecidas com esta, ou seja, precarizadas, insalubres, com tudo que ali tem, nas

outras também. Então nós temos que agir rápido para que não sejamos surpreendidos por uma outra tragédia.

Ontem, aqui na Câmara, teve comparecimento do secretário da assistência social, do secretário da FASC, secretário da saúde, a promotoria, procuradores, aliás, estavam aqui presentes.

Eu quero dizer a vocês e aos meus colegas, eu estou sofrendo retaliação, eu estou sendo, porque todos nós que estamos com essa posição, mas eu em especial porque eu entrei com pedido de CPI. A CPI tem que ter 12 vereadores que assinem, nós temos 10, que é exatamente 10 o número de integrantes da oposição nesta Casa. Então nós só temos 10. Aí vem de tudo... Quem tem medo da CPI, gente? A CPI é exatamente para nós esclarecermos todas as nossas dúvidas. Ontem subiu à tribuna vários parlamentares da base do governo e fizeram uma série de perguntas. Oi, mas essas respostas para essas perguntas é a própria CPI que tem que buscar. É um direito e é um dever do parlamentar fiscalizar o Executivo. E o fato é que o Executivo tem contratos milionários com esta instituição, e ontem a gente viu essa instituição do jeito que age, e mais, o proprietário dessa instituição já condenado por estelionato, e a gente ficou estarecida com todas informações que a gente recebeu de advogados, inclusive que foram dar uma olhada na ficha corrida, vereadores, e é apavorante, apavorante a ficha corrida do cidadão. O fato gente. Eu quero aqui parabenizar, Pedro Ruas, meu colega, de ter chamado rapidamente essa reunião da CEDECONDH, de forma extraordinária porque o tema é extraordinário, porque a situação é extraordinária. Então ela exige, ela exige atitudes desta natureza. Eu espero que aqui a gente possa debater de verdade, identificar o que é preciso mesmo que nós possamos fazer, na medida em que o governo tem dado respostas aleatórias, como: não, a gente não é polícia para fiscalizar, a gente fazer uma vistoria só para olhar os móveis e o azulejo, proibiram Boca de Rua, proibiram de entrar na coletiva. É isso! É isso então! Que bom que nós estamos aqui, que bom que a gente vai poder ouvi-los e debater. É isso, muito obrigada. Depois, a gente retoma.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Abigail Pereira. Anuncio aqui também a presença de Livia Moura, representando a deputada Daiana Santos; Nicolas Alcântara Rocha, representante da deputada federal Maria do Rosário. Eu queria pedir que tomasse assento à mesa a nossa jornalista Rosina Duarte da ONG Alice, que é editora do Boca de Rua. Podemos começar com as oitivas?

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sim, sim, presidente, mas eu gostaria apenas também que tomasse assento conosco – até peço mais uma cadeira – o delegado Vinicius, que nos dá a honra de estar presente e que trabalha juntamente com outro delegado no caso e representa a Polícia Civil neste momento.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Obrigado, delegado, bem-vindo. Prof. Alex pede a palavra.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Bom dia, senhoras e senhores. Eu gostaria de saudar os colegas vereadores integrantes da comissão. Como o Ver. Pedro Ruas anunciou, não faço parte da CEDECONDH; a minha comissão tem reunião à tarde, é a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, mas, em virtude da gravidade dos fatos, eu me fiz presente neste momento para poder escutar a sociedade civil. A manobra que o prefeito Sebastião Melo fez é uma manobra que não pode ser colocada em segundo plano. Ele enviou um comunicado para esta Casa Legislativa na segunda-feira, dizendo que no mesmo dia houve a desmarcação e reorganização da agenda de cinco pessoas da administração centralizada, secretários, a presidência da FASC. Vieram todos aqui ontem, imediatamente, depois que foram convidados para participar deste momento. As nossas comissões permanentes têm um caráter muito mais significativo e importante do que um mero comparecimento em plenário, porque ela permite o espaço para a abertura e manifestação da sociedade civil; o plenário não. O plenário são apenas dez inscrições por ordem de chegada no momento em que o Presidente da Câmara abre as inscrições. Nós tentamos nos inscrever ontem, às duas e meia da tarde, no início da sessão, e o Presidente

disse: “Não, não, ainda não abri.” E aí tivemos homenagens e tudo mais e, quando foi aberto, se não me falha a memória, durante uma homenagem ao Exército, eu não estava presente, eu estava fazendo uma gravação no meu gabinete, e o Presidente abriu. Tivemos uma pequena representação dos partidos de oposição, felizmente, a Ver.<sup>a</sup> Biga conseguiu se manifestar, mas isso cerceia boa parte das perguntas que seriam feitas, e a nossa participação também foi cortada. Na comissão, nós temos uma liberdade muito maior, mas o mais importante é abrir a participação para pessoas que não têm acesso ao plenário e não podem participar do processo. Então, eu acho extremamente grave essa movimentação que o prefeito Sebastião Melo fez justamente para fugir da reunião de uma comissão permanente que tem um caráter muito mais amplo de participação da sociedade, que permitiria uma pluralidade de manifestações neste momento de extrema gravidade. Muito obrigado. E continuemos a reunião.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós que agradecemos. Ver. Pedro, Biga, mais alguma questão? (Pausa.) Vamos começar com as nossas oitivas, conforme nós já tínhamos acertado. Como chegaram algumas pessoas posteriormente, essa é uma reunião extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, que se reúne normalmente às 14 horas das terças-feiras. A pedido do nosso colega Pedro Ruas, essa é uma reunião extraordinária. Já lemos o documento vindo da administração, se alguém quiser ter acesso ao documento pode pegá-lo aqui, está à disposição. E se não houver mais, sem mais delongas, como nós dissemos, estamos gravando, vamos fazer a ata, e essa documentação e essas oitivas serão levadas à comissão, à reunião normal ordinária, hoje, às 14 horas. Perfeito? Jair Krischke. Nós estamos gravando, então a pessoa tem que repetir novamente o nome e as suas funções.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** A minha sugestão – presidente Adeli, eu tenho aqui a honra que V. Exa. me concede de conduzir e acho que todos nós conduziremos – é que fôssemos do Jair Krischke ao Elton Bozzetto; depois, voltamos ao Boca de Rua; depois, vamos a Jucemara; depois, voltamos ao

promotor Leonardo, enfim, façamos assim, ouvindo todos aqui e, obviamente, os do plenário que se inscrevem. E eu já vejo, lá no fundo, o Renato, que eu não havia visto, o Renato que é um lutador também pelas pessoas em situação de rua, reconhecido em Porto Alegre. Então, o Jair Krischke com a palavra.

**SR. JAIR KRISCHKE:** Saúdo, primeiramente, o Ver. Adeli Sell, que preside esta sessão; o Ver. Pedro Ruas, proponente; a Ver.<sup>a</sup> Abigail; o Prof. Fraga; senhoras e senhores. Esta reunião extraordinária é por demais importante. Por que razão? Nós estamos frente a uma tragédia e, lamentavelmente, uma tragédia anunciada, lamentavelmente. A Prefeitura, o senhor prefeito conheciam, sim, a precariedade, conheciam, sabiam, mesmo assim, deixaram tudo fluir. Um cidadão se estabeleceu com uma empresa, cidadão que tem uma ficha corrida interessante, segundo a Ver.<sup>a</sup> Abigail, e esta empresa passou a explorar a necessidade...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ele é condenado por estelionato.

**SR. JAIR KRISCHKE:** Também, mas certamente a folha deve ser bem maior, Ver. Pedro Ruas. Mas, assim, ele passou com essa empresa a explorar a necessidade daqueles que têm essa dificuldade por várias razões. Então, essa tragédia é uma violação brutal dos direitos humanos, brutal não de uma pessoa, mas de dez pessoas, de mais quinze que estão feridas, que é uma violação também aos direitos humanos. E essas pessoas, Ver. Pedro Ruas, são aqueles, lamentavelmente, que não tem posto. Os gregos chamavam de *apropos*, aqueles que não existem e que talvez algum desavisado entenda que nem direitos humanos têm, porque nem humanos seriam. É a exploração dessa necessidade, dessa miséria que uma empresa se estabelece para realizar lucro. Quando essa missão é uma missão essencial do Estado, e quando eu falo Estado é a Prefeitura Municipal. Ela tem essa obrigação, quer dizer, terceirizar esse tipo de situação eu acho uma atitude criminosa. Isso não pode. A Prefeitura... é o serviço público, ele que tem esse dever. Não há lucro que priorize, e o lamentável é que são 23 estabelecimentos, 23, e continuam

funcionando, como se nada tivesse acontecido. Aí nós vemos a Prefeitura de Porto Alegre, na administração Sebastião Melo, que tenta justificar o injustificável. Ontem nós tivemos a palavra de um secretário Léo Voigt, e disse que 60% dos prédios de Porto Alegre não poderiam ser visitados, porque não têm, não observam a lei de proteção ao incêndio. Então, vejam que absurdo. Então me dá vontade de perguntar: por que não se cumpre a lei, por que não se cumpre a lei? Mas por que razão nós vivemos isso nessas condições. Então vejo toda uma argumentação que não explica o inexplicável, a ausência aqui nesse momento é mais uma das atitudes da administração municipal. Eu lamento muito, são 10 vidas que se perderam, 15 foram atingidos, estão alguns hospitalizados e outros já saíram do hospital. Quando uma só pessoa tem os seus direitos violados, toda a humanidade foi violada. Nós temos 10. O que eu poderia dizer é que é assassinato. Elas foram vítimas de algo previsto e sem providências de quem deveria toma-las. Nós, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos estamos indignados. Eu, pessoalmente, sou um porto-alegrense e sinto vergonha, sinto vergonha que na minha cidade tenhamos uma administração absolutamente irresponsável. Se a empresa é responsável, sim, é, mas também o prefeito Sebastião Melo e alguns de seus secretários desta área social. Portanto, ao parabenizar o Ver. Pedro Ruas por esta iniciativa, eu espero que daqui desta Casa partam iniciativas para que esta situação não se repita mais. Esta Casa, bem disse a vereadora, tem o dever de fiscalizar, é seu dever, os vereadores têm que ser atentos e isto independe de cor partidária, é um dever de cidadania. E nós esperamos que esta Casa tome iniciativas duras, imediatas no sentido de garantir que nas outras 22 casas que estão funcionando não se repita essa tragédia. É importante prevenir, muito importante prevenir. No momento seriam essas as nossas observações, com muita dor, com vergonha, como já disse, porque queremos ser uma cidade civilizada, minimamente civilizada e este acontecimento entristece, e luta a todos nós. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** O Sr. Elton Bozzetto, da Pastoral do Povo de Rua, da Arquidiocese de Porto Alegre, está com a palavra.

**SR. ELTON BOZZETTO:** Obrigado, Adeli, vou chamar de Adeli porque há tanto tempo que a gente convive, Pedro, Abigail, vereadores, demais autoridades, amigos que estão aqui nesse momento de dor e de tristeza. Em luta a todos nós eu vou me permitir, Pedro, usar 30 segundos do meu tempo para que a gente faça um profundo silêncio e cada um de nós, na sua crença, na sua religião, na sua profissão de fé, peça a acolhida na eternidade para aqueles que partiram e nossa solidariedade àqueles que permanecem hospitalizados e sobretudo aqueles que não foram atendidos, mesmo afetados pela tragédia.

(Faz-se 30 segundos de silêncio.)

**SR. ELTON BOZZETTO:** Diante desse gravíssimo ato não ocorrido, mas praticado contra as vidas humanas, na sexta-feira, eu trago aqui uma manifestação que não é do Elton, é uma manifestação que é da Pastoral do Povo da Rua, e esta Pastoral da nossa Arquidiocese de Porto Alegre reúne nós, da igreja católica, um número muito grande de movimentos sociais e, principalmente, as pessoas que vivem na rua e integram a nossa Pastoral. Está aqui o Edison, que é uma das nossas lideranças a quem nós saudamos, não apenas no Rio Grande do Sul, mas com essa projeção nacional de representar o nosso Estado no CIAMP nacional. Eu não sei quanto tempo a gente tem para que eu possa me orientar, porque tem um documento – quatro minutos, ok -, como de praxe, vamos formalizar a entrega da documentação, porque muitas vezes a gente fala e não formaliza a entrega, e aí fica como não dito. Nós queremos depois, Adeli, entregar uma documentação toda que nós temos aqui para que aquilo que nós dissermos aqui não fique como dito, mas fique como registrado. Há uma série de questões que nós gostaríamos de trazer, e eu não trago afirmações, eu trago perguntas, porque as perguntas não foram respondidas sobre isso que aconteceu. Jair, eu sou partidário de que isso que ocorreu não é uma tragédia, isso que ocorreu é um crime. É um crime praticado contra aqueles que morreram, e a grande questão é que nós vemos muitas autoridades tentando criminalizar aqueles que morreram, com as suas manifestações, como se eles fossem os culpados pelo crime que aconteceu.

Então é importante que esta Casa Legislativa, que é a voz da sociedade de Porto Alegre, possa continuar insistindo na importância de esclarecer isso tudo que aconteceu e, não só de esclarecer, como responsabilizar aqueles que foram omissos e negligentes diante do que aconteceu. A Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre, a primeira pergunta que a gente traz, e aí tem uma base não que nós achamos que não deva existir esse serviço, não sejamos mal interpretados novamente, o serviço é necessário, mas a pergunta é: qual o tipo, qual a qualidade, qual a política pública e quem deve controlar esse serviço? Nesta mesma esteira, a pergunta segue: a população em situação de rua foi consultada sobre esse tipo de serviço que foi... Não é parceirizado, não é a Lei nº 13.019. Ontem, equivocadamente, uma vereadora desta Casa – eu não imagino como um vereador fala tamanhas impropriedades, a contratação hoje se faz pela Lei nº 14.133 –, e a vereadora fez toda a sua argumentação, senhores vereadores, com base na nº 8.666. Isso já é ultrapassado. E, na Lei nº 14.133, está aí a responsabilidade do gestor público de fiscalizar o serviço contratado. Não vamos delegar para a Agergs de novo, é o Município de Porto Alegre, a gestão que precisa fiscalizar. Mas a pergunta maior que nós queremos trazer é esta: a população em situação de rua alguma vez foi consultada? Não perguntem a mim, perguntem ao Beijo, perguntem para os nossos amigos do jornal Boca de Rua, perguntem ao Português, perguntem ao Diogo, ao Cícero, ao João Batista, que são nossos irmãos que vivem na rua, se alguma vez eles foram consultados sobre isso. Uma outra questão importante: por que a fiscalização só foi disparada agora, após esse crime cometido? Por que, vereadores, as nossas entidades – eu sou funcionário de uma entidade de assistência social da nossa cidade, o Secretariado de Ação Social da Arquidiocese de Porto Alegre, também conhecido por todos nós como Mensageiro da Caridade –, as nossas entidades, quando vão se credenciar, Dra. Jucemara, para firmar uma parceria com o nosso Município, uma das primeiras perguntas que se faz é cadê o PPCI, cadê a declaração, se tem uma área menor do que 112 metros quadrados, precisa de uma declaração, Pedro, e sem isso nós não conseguimos sequer o credenciamento nosso, estou mentindo, Ângela? Nós não conseguimos sequer o credenciamento, para firmar uma parceria com o governo. Aí uma empresa

contratada, que, dito pelo comandante do corpo de bombeiros que estava ali, estava irregular, em funcionamento irregular, porque não tinha alvará e não tinha PPCI, estava prestando serviço e recebendo do Município valores consideráveis para prestar esse desserviço que fez. Essa é uma outra questão que nos toca. Mas o maior drama que a gente vive e observa é aquele relacionado ao cuidado das pessoas que foram vítimas desse crime, é o cuidado das pessoas. Ontem nos foi dito por um dos movimentos, que é o Prato Feito das Ruas, que tem gente que foi vítima, e eu vou usar uma palavra aqui que o prefeito utilizou, porque eu acho que é mais respeitável com as pessoas que vivem na rua, tem cidadãos que foram vítimas dessa ocorrência que estão dormindo debaixo dos viadutos, que inalaram fumaça e não receberam qualquer tipo de atendimento. Sequer foram levadas para HPS ou para um hospital. O que é pior: as equipe do Ação Rua e dos Consultório na Rua não estão trabalhando conjuntamente para fazer a busca ativa dessas pessoas para fazerem o atendimento. Isso não sou eu que estou imaginando, me foi dito por uma gerente de uma instituição que é parceirizada com a Prefeitura, está dizendo que não há uma gestão da crise compartilhada, uma ação transversal entre os diversos órgãos do Município, para cuidar das pessoas. Mais: que relação se fez com as famílias das vítimas e daqueles que estão sendo atendidos nos hospitais, para atendimento psíquico-emocional dessas pessoas e o cuidado dos familiares? Sepultaram as pessoas em 24 horas, como se quisessem se livrar de corpos, mas essas pessoas têm relações humanas, têm relações familiares. Onde é que estão essas famílias? Se nós não as localizamos, bom, o problema aumenta. É impossível que a gente não tenha no serviço prestado um cadastro mínimo das pessoas, e cadê as suas relações familiares e comunitárias, os vínculos que elas têm? Isso não existe, Srs. Vereadores. Então, quando a gente fala em fiscalização do serviço público, nós não estamos querendo criminalizar aqueles que são responsáveis, é muito maior o drama que a gente está vivendo. É a falta de cuidado das pessoas que foram afetadas por esse incidente, que nós qualificamos como crime. Existem outras questões que para nós são importantes. Recentemente, foi renovado o contrato com esse prestador de serviço. Quais os critérios e qual o método? O pessoal do conselho nos ajuda muito, não é? A questão da avaliação, do

monitoramento, dos indicadores e da verificação, isso é da política pública, mais do que da política pública, é da legislação da assistência social. Quem é que fez essa avaliação, essa verificação do serviço já prestado, para que pudesse ser retomado ou estendido esse contrato, essa contratualização? De fato, que indicadores e que exigências estão nesses contratos? A gente não sabe, Pedro Ruas, isso não é público. A gente vai fazer algumas recomendações aqui, alguns pedidos formais, Ver. Adeli, para a Câmara de Vereadores, mas, de fato, quais os serviços, qual a informação, ou mais, qual a formação? Aí nós estamos fazendo com que as pessoas de rua, que vivem na rua, sejam colocadas em determinados lugares, mas nós não queremos isso. Nós queremos é transformar a realidade da rua, tem que ser mudada essa situação de rua. Não é colocar as pessoas... Tem uma imagem que me mandaram esta noite, quero colocar à disposição da Câmara de Vereadores, para onde foram levadas algumas pessoas que foram retiradas da pousada. Foram levadas para outra pousada, me socorre o Beiço aqui – desculpa eu chamar de Beiço, Edison, porque a nossa relação é boa e é antiga. Mas aqui está uma imagem, é um horror, não tem lâmpada nesse quarto em que a pessoa foi levada, não tem janela. Como é que esse sujeito vai respirar, nobre procurador? Como é que esse sujeito vai viver num lugar como este? Está aqui a imagem para todos verem. Então não é um prejuízo, um prejulgamento que nós estamos falando, até porque o julgamento foi crime doloso ou culposo. Vocês, que entendem muito mais do que eu de direito, isso é o inquérito que vai definir? Mas há questões que são de políticas públicas, e, quando estou falando de políticas públicas, eu estou falando de atendimento humanizado, e é isso que nós estamos cobrando em primeiro lugar. Há uma série de questões que precisam ser respondidas, por isso nós estamos trazendo questões mais do que afirmações. Antes de passar para o último ponto, que são as solicitações para a nossa Câmara de Vereadores, eu quero me referir a uma questão que foi levantada com muita força nos últimos dias, Roque Graziola, dizendo que os órgãos responsáveis não agiram porque não havia denúncia. Então vamos trazer aqui, vou trazer só três, porque a gente está acostumado, toda a semana nós temos reunião com o Ministério Público, DPE, DPU, Justiça, enfim, Pedro Ruas, mas eu quero trazer três aqui. A primeira delas

é um processo SEI, e quando falamos processo SEI – não sei, eu acho que todos dominam aqui – é o procedimento interno da Prefeitura sobre as demandas que a Prefeitura tem a responsabilidade de cuidar e responder; tem aqui o SEI nº 23.15.000004517-7, no qual o Conselho Municipal de Assistência Social, por demanda de entidades da comunidade e de trabalhadores do sistema, apensou uma série de questionamentos, no dia 22 de setembro de 2023. Esse processo SEI é anterior, logo foi acrescido, e se encontra sem resposta. São denúncias e questionamentos que foram trazidos sobre o funcionamento desse serviço. Em 2022 houve uma denúncia do Ver. Matheus Gomes ao Ministério Público, mas não houve prosseguimento na investigação, e a gente esperava que houvesse maior força, até se o procurador puder nos dar uma palavra sobre isso, será oportuno.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Terá sua palavra em seguida. Se puder concluir...

**SR. ELTON BOZZETTO:** Ok. Essa é uma questão, só vou acrescentar: nesse mesmo processo, no dia 9 de junho de 2023, que já está transformado numa ação pública, o grupo de pesquisadores Passa e Repassa, que é da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Unisinos e integra a Pastoral, o grupo Passa e Repassa anexou à ação civil pública – tem o número da ação aqui para registrar no documento – um conjunto de informações, no seu item dois, que apresenta uma série de informações, apresentando a precariedade e os riscos inerentes ao tipo de oferta de abrigos, albergues e da pousada Garoa, sobre a hospedagem social. Essas informações não foram levadas em conta, o processo está parado! Então, diante disso tudo, é uma tragédia anunciada? Sim, nobre Jair. No entanto, caracteriza uma deliberada omissão e descuido daqueles que deveriam zelar pelo cuidado, pela educação, pela proteção e sobretudo pela promoção das pessoas, porque nós, na Pastoral, atuamos com a população de rua não apenas para proteger, atuamos porque nós temos um trabalho – não é, Edison? – estadual, local e nacional para superarmos a situação de rua. Nós não queremos que permaneça essa situação, por isso nos empenhamos. Então

por que essa negligência, Srs. Vereadores? É porque as pessoas são miseráveis, são descartáveis? Não são animais de estimação? Então se faz isso com o ser humano, infelizmente. Diante dessas premissas e desses questionamentos, nós queremos apresentar cinco proposições à Comissão de Direitos Humanos, que vamos entregar formalmente neste documento, Ver. Adeli.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Elton, antes da entrega, é importante a leitura nos encaminhamentos que faremos a seguir. Te peço essa gentileza, para nós podermos fazer o cruzamento.

**SR. ELTON BOZZETTO:** Ok. Eu não queria perder a oportunidade de fazer isso agora.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Então faça.

**SR. ELTON BOZZETTO:** Eu não queria perder, porque eu acho que é parte do nexó.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

**SR. ELTON BOZZETTO:** Primeiro: que o Legislativo realize uma missão de fiscalização em todas as unidades da pousada Garoa para a verificação das condições de habitabilidade e cumprimento das bases contratuais. Segundo: a expedição imediata de um convite ao CIAMP nacional – que é o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua –, para que o CIAMP nacional, vinculado ao Ministério de Direitos Humanos, faça uma visita e monitoramento das condições de atendimento da população de rua em Porto Alegre, porque há recursos federais que estão sendo empregados nessa contratualização

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** O SUAS é federal.

**SR. ELTON BOZZETTO:** Então precisamos saber, o Ministério precisa saber que Porto Alegre está fazendo esse tipo de tratamento com o recurso federal, aliás é recurso que não passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social para ser empregado. Terceiro, em nome dos princípios da administração pública previstos no art. 37 da nossa Constituição Federal, que estabelece a transparência, a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos, nós pedimos que a Câmara de Vereadores realize uma ação forte no sentido de abertura e acesso aos contratos entre o Município e essa prestadora de serviços, para que as responsabilidades e as competências sejam conhecidas. O pessoal fala caixa-preta, o nome é feio, “contrato que não permite a transparência” fica mais bonito para nós, eu acho que é isso que nós precisamos exigir. Quarto item: que os órgãos de investigação façam quebra do sigilo financeiro e contábil da empresa. Aí talvez, Ver.<sup>a</sup> Abigail, nós tenhamos que atuar com força nisso, da empresa e dos proprietários, para comprovar o destino, a correta aplicação dos recursos e a lisura na operação financeira, porque, se há transferência de recurso público, isso precisa ser transparente, não é possível que a sociedade porto-alegrense não conheça o que é feito com esses recursos. Por último, e concluo com isso: a imediata instalação do CIAMP municipal com a participação e representação formal dos usuários dos serviços destinados à população em situação de rua. Há legislação, há promessa e não há responsabilidade de implantar o CIAMP municipal, que era onde essas questões deveriam ser tratadas pela sociedade e pelo governo.

Eu quero, junto com esse documento, Ver. Adeli, trazer aqui a informação de que foi anexada à ação civil pública, e trazer também uma cópia da página onde constam, no SEI municipal, os questionamentos feitos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e que até agora não foram respondidos. Quero lhe fazer a entrega para que isso seja formalizado. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós deixamos o tempo correr um pouco, exatamente porque a nossa Pastoral acompanha isso há muito tempo, mas eu

peço, pelo adiantada hora, que a gente possa ser mais expedito, e vou passar para a representação do Boca de Rua, que já circularam outras pessoas.

**SR. EDISSON JOSÉ SOUZA CAMPOS:** Sou o Beiço! É um momento difícil. Participo do jornal Boca de Rua, sou do Movimento da População de Rua e do coletivo PopRua. Vamos ver as questões; primeira coisa: pega fogo, a culpa é da rua. E quando a gente fala que não tem denúncia, a gente tem. Quem lê o jornal Boca de Rua sabe, a gente, na primeira morte, denunciou. Denunciamos antes, fizemos várias reuniões, várias coisas, mas o que fico me perguntando agora, eu olhando essa entrevista, onde é que um secretário de serviço de assistência social fala que sabia da precariedade do espaço – estranho, né! – e renova ainda com a mesma pousada, estranho, onde um funcionário de lá de dentro avisa quando vai ter fiscalizações, estranho, né? Por que é só essa Garoa? Abriu com 2, hoje tem 21 Garoas. Onde estão indo esses R\$ 2 milhões e pouco? Bilhões? Eu não entendo muito. Onde é que está indo esse dinheiro? Está sendo bem... Pergunto, porque eu concordo que, quando a gente tinha o comitê municipal, a gente trabalhava e a gente fazia esse trabalho certo. A gente ficava em cima; hoje a gente não tem, hoje a gente tem um governo que a gente vai lá na porta pedir para conversar, fecha a porta na cara. A gente tem várias secretarias que são omissas, mas, às vezes, são omissas por causa de falta de recurso, a gente tem que trazer aqui. A precarização, a terceirização dos serviços tornam essa realidade que a gente está vivendo hoje. Daí eu pergunto para mim: se eles sabem, porque, pelo jeito que ele falou, quem foi no enterro dos quatro lá, no enterro ele falou que sabia que lá dentro da Garoa tinha droga, tinha tráfico. Para que botar a gurizada da rua lá? Isso é trazer a ressocialização à sociedade? Isso é reabilitação para a sociedade? Como é que vão me botar num espaço que eles sabem que tem tudo isso? Tem alguma coisa errada aí. Como é que vão revistar 1 Garoa, de 1 Garoa surgem 21 ou 22 Garoas? Cadê a fiscalização? Onde é que está? Se é para nós fazermos um projeto, a gente é fiscalizado, a gente tem que fazer tudo certinho, mas, quando é para morador de rua, abrir o espaço, toca lá para dentro, é um a menos na rua – é o pensamento deles –, porque não é, porque a pessoa vai para dentro do espaço e ela sai para a rua

para reciclar, sai para a rua para comer, para pedir comida. Que espaço de ressocialização? Dizem que a Garoa não tem portaria; toda Garoa tem portaria. Fica lá e tem horário para entrar e é só até a meia-noite, depois da meia-noite, não se entra mais. Tem pessoas que moram dentro da Garoa, aí onde fala que é livre-arbítrio, por que eles não vão passar lá uma noite lá para ver como não é? É ruim, é ruim ver um governador que foi eleito, é ruim ver um secretário do desenvolvimento social falar essas coisas: que sabia da precariedade, que sabia das coisas. E aí? Qual é a atitude que a gente vai tomar? Que nem a fala do Seu Nilson antes, nós vamos ter que esperar morrer mais 30, mais 40, mais 50 para a gente tomar essa atitude? Hoje está sendo, hoje o dono da Garoa vai postar lá, vai dar a sua versão, e a galera da rua não pode dar a sua versão por causa da opressão que vai sofrer depois. E aí é obrigado a passar por tudo isso. Como é que a gente vai fazer isso? A intenção não é trazer a galera para a rua, de volta; a intenção é botar ela num lugar digno, que seja digno: R\$ 550,00, dentro daquele quartinho, não é digno. Se passarem lá, tem vídeo, a gente tem denúncias. É estranho, quando a gente vai numa reunião da FASC, é estranho, quando a gente se reúne, e a gente leva toda essas denúncias, leva todas essas demandas, e eles chegam numa entrevista e falam que não sabiam. Aí depois começam a voltar para trás. Tem alguma coisa errada aí, porque, na primeira entrevista, eles falaram que não sabiam. Quando... (Ininteligível.) ...começar a voltar para trás, tem alguma coisa errada nisso daí. Nós temos que investigar, mas também investigar com cuidado, porque a gente também não quer que as pessoas da rua voltem para a rua. Por mais que seja crítico, a gente tem que colocar aqui nesta mesa, sim. É um quarto, não é uma pecinha, não é um cubículo, que nem é para cachorro, faz uma casinha, bota lá e deu, se esquece. Então a gente tem que tomar uma decisão, mas também o cuidado de a galera não voltar para a rua, e aí eu pergunto: como é que a gente vai fazer isso? Procurar parcerias, tem prédios, tem mais de 40 prédios. Fazer uma moradia social, olha o dinheiro que estão gastando: R\$ 2 milhões e pouco, quase R\$ 3 milhões. Para que não usar esse dinheiro para uma moradia social? É tão simples. Às vezes, o governo barra num espaço que parece que é para ter mais recurso, para gastar mais recurso e mais recurso. Porque dizem que eram 200,

né, mas nessas 300 e poucas pessoas, multiplica por dois, porque é um quarto dividido, dependendo do tamanho do quarto, eles fazem um cubículo, fazem um, dois, três. Ou se der um quarto, peça, fazem dois cubículos, ganham R\$ 1 mil e R\$ 1,1 num espaço que é para ganhar R\$ 500,00. Onde é que está? A gente tem um erro dentro, e o erro, eu vou, como o Seu Elton falou. Para que não escutar a gente? Para que não dialogar com a gente? Isso é o difícil. Tem que dialogar, a gente tem um decreto aí que tem que ter um comitê municipal, tem que ter um comitê estadual para falar sobre a situação, tem que ter pessoas em situação de rua, tem que ter para dialogar. Se não dialogar, desculpe falar, daqui a um ano, dois anos, daqui a um ano pode ser esquecido e, daqui a dois anos, pode pegar fogo de novo, morrer 30 e aí? A gente não pode deixar, agora que o fogo foi acendido, nós temos que bater de frente, nós temos que revistar, mas com cuidado e é isso que a gente faz numa moradia. Olha o dinheiro, olha quanto prédio tem aí.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Se puder concluir.

**SR. EDISSON JOSÉ SOUZA CAMPOS:** Uma moradia social, a gente tem que fazer uma moradia social, onde é que tem o âmbito. E eu peço aqui que a gente dialogue mais, que não fique só nesta audiência, que a gente faça mais reuniões, dialogue mais sobre isso, porque, senão, vir aqui sentar aqui e debater, falar sobre 10 mortes, vir aqui daqui a dois anos falar sobre 30 mortes, qual é o sentimento que vai vir? Vai vir o de raiva, porque, na real, é raiva. A gente já veio falar de 1, hoje eu já estou vindo falar de 10! Onde é que está isso? Mas essa questão é isso, bater de frente e não vamos deixar isso parar.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós agradecemos a tua presteza no teu depoimento. (Palmas.) A Dra. Jucemara Beltrame está com a palavra.

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Bom dia a todos, eu queria pegar só o final da fala do Edson, porque, quando fala quarto, no nosso imaginário, são esses quartos que a gente está acostumada por aí. Só que não é isso que tem na

pousada, na verdade; a pousada é como se fosse este espaço aqui e tu divides, feito baias de cavalo, naqueles espacinhos onde cabem uma cama de solteiro e, nesse espaço, por exemplo, poderia ter 20 camas separadas por um, quase, um papelão, um – não sei qual é o material aquele –, um tapume que é altamente incendiário. E isso já havia sido apontado em vários relatórios dos trabalhadores da FASC. Eu queria começar dizendo que a FASC sofreu uma tentativa, lá, no final do governo Fortunati, no início, antes mesmo de o Marchezan assumir, para que virasse um departamento. Os vereadores que eram aqui, da época, devem lembrar que, antes de o Marchezan assumir, ele tinha pedido para que a FASC virasse um departamento da Secretaria do Desenvolvimento Social, secretaria, então, que foi criada com ele. Esta Casa recusou isso, ele foi derrotado nesse sentido. Então, a FASC, na verdade, tem autonomia financeira e administrativa. E, para nós, é muito estranho esse atravessamento do secretário do Desenvolvimento Social, porque, em tese, ele não tem absolutamente nada que ver com o que faz a política da assistência social na cidade de Porto Alegre, que tem a obrigação de fazer a gestão do SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, assim como o SUS tem suas regras e as suas leis, o SUAS também tem. E a pousada não faz parte da política do SUAS, portanto não é um serviço. E por não ser um serviço, não tem um acompanhamento.

O Conselho da Assistência Social não tem nenhum projeto, e é daí que vêm todos os questionamentos, que a Ângela vai trazer os documentos aqui, são vários documentos, nesse sentido, porque ele não faz parte da tipificação do serviço da assistência social. O que há, sim, na FASC é uma precarização, hoje são 290 trabalhadores estatutários e 60 celetistas. Como é que tu fazes uma política de assistência social da cidade de Porto Alegre, com a dimensão que é, com esse número de funcionários? Aí ele vai, então, precarizando e fazendo contratos que não são parcerias, e esses contratos não passam por nenhuma fiscalização do Conselho da Assistência Social. Quem faz esse controle? Quem faz essa fiscalização? Ninguém sabe, nós não sabemos. Sobretudo, que recurso é esse? De onde vem esse recurso? Porque os recursos da assistência social necessariamente, pela legislação, têm que passar pelo Conselho para aprovação. Esses recursos não passam pelo Conselho. Pelo Conselho, tem

passado, e eu acho que isso é uma questão que esta comissão deve levantar, de onde está sendo usado o recurso da assistência social do Município, porque todo o recurso da assistência social está no Fundo da Assistência Social. E esse fundo, a fiscalização, a aprovação de projetos e tal tem que passar pelo Conselho, o que vem do governo federal passa, o que vem do governo estadual passa, o do governo municipal não passa. Nós não temos a menor ideia de que forma e da onde sai esses recursos para esses tipos, por exemplo, de contratos, que a gente não sabe.

O Conselho Municipal da Assistência Social é composto por 50% da sociedade civil.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Só um tempinho, Dra. Jucemara, esses valores saem dos valores do SUAS?

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Em tese, sim, porque se é gestado pela FASC...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Dinheiro federal?

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Não, caixa municipal. O federal e o estadual passam pelo conselho, então a gente pode...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** O municipal é que não?

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** O municipal é que não. E daí não se sabe, em tese, deveria estar no Fundo da Assistência Social, não é?

Então, a questão da composição do conselho são 50% sociedade civil, 50% conselheiros do governo. Então os temas ali debatidos são de conhecimento de todos, até porque são todas as sessões públicas, e os documentos do Conselho são públicos. Em várias vezes, a gente acolheu lá a Comissão Pastoral, inclusive que a gente compõe e outros tantos movimentos aí que a gente faz parte.

Acho que esse atravessamento que está havendo desse secretário tem prejudicado, e muito, as questões do SUAS da cidade, que a responsabilidade,

de novo, é da FASC, é a FASC que faz a gestão do SUAS. Então é compreensível que ele diga que é um lugar... Porque ele não tem conhecimento dessa política, não conhece o que ele está falando. E, talvez, esse vai e vem seja porque começam a aparecer pela indignação dos trabalhadores e o sofrimento. E é importante dizer que os trabalhadores estão num sofrimento gigantesco, nos grupos de WhatsApp o que eles dizem é: “Eu estou com vergonha, eu não consigo olhar para o meu filho, porque o meu filho pergunta: ‘Mãe, tu mandaste alguém para esse lugar?’” Entende? Então, está uma situação dos trabalhadores e dos usuários, não precisa nem dizer, porque eles serão as próximas vítimas. E daí começar, numa fala, dizer que tem um incendiário, ou ver por essa questão legal da pousada, eu entendo que o dono tem que ser responsabilizado na medida em que coloca... Agora, a minha preocupação é: quem é que contrata com ele? Do ponto de vista, ele é um empresário e oferece o que ele tem, agora, quem é que contrata com ele? Parece-me que essa é a questão fundamental, porque, senão, a gente fica pegando nessa questão do dono da pousada e esquece quem é que está fazendo contrato com ele.

Queria lembrar de uma ação civil pública federal que tem, desde 2022 ou um pouco antes, do defensor público George, que entrou justamente com essa questão da população de rua, está em andamento, e todos esses atores, inclusive esse secretário esteve presente, está presente durante toda essa discussão de um plano, de um projeto. Eu acho que seria importante requerer os documentos que lá foram juntados, porque é muito rico, tem muita informação dentro desse que corre na justiça federal. Então, por enquanto, era isso. Muito obrigada.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Obrigado, Dra. Jucemara. Nós passamos, imediatamente, a palavra ao Dr. Leonardo Guarise Barrios, promotor do Ministério Público.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Antes que o Dr. Leonardo se manifeste, Ver. Adeli, só fazer o registro de que o MP nunca nos faltou aqui nesta comissão,

ao contrário de muitos órgãos públicos, particularmente do Executivo municipal, o MP não nos deixou sozinhos, e isso é um agradecimento.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Obrigado, Ver. Pedro, um bom registro.

**SR. LEONARDO GUARISE BARRIOS:** Sr. Vereadores, na pessoa do Ver. Adeli que coordena os trabalhos, e do Ver. Pedro Ruas, proponente, eu cumprimento a todos. Eu tinha aqui um roteiro, mas já aproveitando o questionamento feito ao Ministério Público. No final de 2022, se eu não me engano... Eu assumi a Promotoria, agora, no último dia 18 de março de 2024, vindo da área criminal, por onde fiquei cinco anos aqui em Porto Alegre, e assumi agora, no dia 18, a Promotoria de Direitos Humanos. E lá assumindo, chegou-me, logo em seguida, o procedimento da Pousada Garoa. Ele foi instaurado até por um encaminhamento da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, é peço desculpas se eu não me recordo aqui o nome do vereador, eu não vou correr o risco aqui de falar o nome do vereador errado, mas ele foi encaminhado para vários órgãos. Se nós pegarmos aquele *e-mail* dele ali, que falava da Av. Brasil, número 4554, 5445, alguma coisa assim, e consultarmos todos os órgãos, eu acho que o Ministério Público foi o único que instaurou alguma coisa a respeito da Pousada Garoa. Esse procedimento iniciou por quê? Porque ali tinham várias informações, pelo histórico que se tem no procedimento, da irregularidade daquela posada, cujo Alvará de Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, salvo engano, era de 2016, vencido. Foi feito trabalho naquele expediente, naquela unidade específica ali, que era onde nós tínhamos a informação, e foi regularizado o empreendimento não só em relação ao Alvará de Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, mas quanto à estrutura do procedimento. É simples consultar, por exemplo, o Google Maps, e pegar as fotos lá de 2022 e depois do final aqui de 2023, tem ali um histórico, vai-se ver uma diferença na área externa, mas se nós pegarmos o expediente, tem uma informação da área interna dele também. Esse local foi descontinuado no final de 2023, ainda que tivesse a concessão do alvará de proteção contra incêndio, mas no curso desse expediente da Promotoria de Justiça, em razão da

verificação do valor dos contratos, foi encaminhada também para a Promotoria do Patrimônio Público uma cópia do expediente, está com o colega Voltaire, ele inquiriu algumas pessoas inclusive no curso desse expediente, para avaliação do contrato, esse expediente ainda está em andamento na Promotoria de Justiça do Patrimônio Público. E também surgiu outra informação de outra unidade na Av. Benjamim Constant, que apontava um determinado número, só que no momento da visita nessa unidade, não fechava o número. Então se buscou, junto à administração da pousada, a verificação de qual unidade que se tratava. A informação veio, se eu não me engano, até foi do Hospital Cristo Redentor, que atende algumas pessoas moradores de rua. Buscou-se então, junto com os bombeiros, a verificação da regularidade dessa unidade. Os bombeiros foram no endereço dado em algumas oportunidades, encontraram fechado. E se orientou então eles a procurarem o dono da pousada para verificar de qual unidade efetivamente que se falava. Porque se nós procurarmos aí, sugiro de novo uma pesquisa muito simples, eu fiz isso quando eu assumi, por isso que eu falei que assumi agora, dia 18, quando recebi, fiz essa pesquisa no Google Maps, e nós veremos ali várias entradinhas de prédio na Av. Benjamim Constant, e depois, no curso do expediente, havia informação sobre outros números ali da avenida ali, com fachadas que poderiam ser da pousada. Nós vamos ver entradas ali de algumas unidades e não fechou a informação. Até que os bombeiros, então, verificaram a unidade que era, e essa unidade também teve então a concessão do alvará de proteção contra incêndio regularizada. Mas em razão dessa irregularidade que se viu, dos locais em que as pessoas eram encaminhadas na Av. Benjamim Constant, no dia 12 de abril, e tem lá no expediente instaurado do Ministério Público desde 2022 um despacho determinando a notificação do proprietário da Pousada Garoa para que ele nos indicasse para quais as unidades da Av. Benjamim Constant eram encaminhadas as pessoas, para que nós pudéssemos fazer a fiscalização e também nos encaminhassem os alvarás de proteção contra incêndio. A notificação dele saiu dia 16 de abril, para essas unidades. Pode se lamentar outras? Bom, nós não tínhamos, e aí peço desculpas em razão da sua informação, se nós não vamos investigar todas, porque não tem denúncia. Bom, aí eu vou trazer um exemplo simples: o Abrigo

Famílias, eu pergunto quem é que já foi no Abrigo Famílias? Ele foi fechado agora em fevereiro porque que teve cassado o seu PPCI, teve cassado o seu alvará de proteção contra o incêndio e alterou o local. Por quê? Por atuação também do Ministério Público. Os residenciais inclusivos, pergunto: quem visita residencial inclusivo aqui? Quem visita residencial terapêutico aqui? Quem visita toda a geriatria que tem no Município de Porto Alegre? O Ministério Público está lá. Está lá. E aí tem que cuidar também a violação das pessoas, de ingressar num local onde elas estão morando sem ter qualquer informação de que ali há uma irregularidade. Nós temos decisões, e aí eu trago um exemplo da área criminal, em que há diversos processos criminais anulados porque as pessoas são revistadas sem qualquer fundamento, sem quaisquer fundadas razões. Então, tem que ter uma justificativa para se ingressar em algum local, violar a privacidade daquela pessoa, porque isso acontece quando nós ingressamos em algum local para verificar, e nós temos várias fotos dos estabelecimentos esses que eu falei aqui, na Promotoria de Justiça, violando ali aquela intimidade da pessoa, e está lá para o promotor ver, para o servidor ver. Não é aberto a todos porque tem ali informações da pessoa deitada na cama, tem os bens dele ali. Então tem essas fiscalizações pelo Ministério Público. Quando o senhor falou aqui que 60% dos imóveis não têm PPCI, o Mercado Público teve há algum tempo um incêndio, e no dia 25 foi feita uma vistoria, eu fui pessoalmente com o cadeirante, com o Nelson Khalil, que é do Comdepa, nós fomos lá acompanhados do Ronaldo Gomes, que é o responsável pelo Mercado Público, para verificar rota de fuga para cego e cadeirante num momento de incêndio. Por quê? Porque ali tem vários locais que têm, no meio do trajeto, a colocação de propagandas e de outros materiais que podem, num momento de crise, prejudicar a saída de um cadeirante ou de um cego. Então, são atuações que se fazem na Promotoria de Justiça, e aqui eu poderia trazer “n” situações, mas eu vou confessar ainda da minha ignorância, porque, como eu disse, assumi recém no dia 18, então muitos casos que estão lá tramitando que ainda são do meu desconhecimento. Por quê? Porque tem prazos de concessão. Agora, trago outra informação para os senhores, que é importante também, já que esta Casa é também fiscal da Prefeitura Municipal: nos CREAS, nos CRAS estão pessoas

que podem dar atendimento para essas pessoas. Verifiquem também esses locais, verifiquem se há, por exemplo, acessibilidade nesses locais; verifiquem se há PPCI nesses locais. Isso tudo tem sido visto pela Promotoria de Justiça, então estamos à disposição do senhor e de todos aqui, e a Promotoria está aberta, nós recebemos, ali na Rua Santana, moradores de rua que vão lá, são atendidos, quando há uma deficiência de trabalho ou de atendimento, eles prestam ali um depoimento, vai para nós, e até eu coloquei ontem na reunião que nós temos, às vezes, alguma dificuldade de dar o *feedback* do que foi feito, para saber até se ele foi atendido, porque ele é morador de rua, nós não temos o endereço dele ali, mas as portas estão abertas, inclusive para eventual omissão nossa. Se foi encaminhada alguma informação, quase sempre ela é aberta e é determinada a intimação da pessoa, e, por exemplo, se é arquivado, dando os fundamentos pelos quais se fez o arquivamento. E tem a possibilidade de recurso para o Conselho Superior do Ministério Público, que é quem fiscaliza a atuação dos promotores. Então se houve alguma omissão num eventual encaminhamento, peço que o senhor me comunique, agora na saída eu verifico se efetivamente não se trata desse encaminhamento da Casa Legislativa, e aí está lá o expediente instaurado, tem todo esse histórico, ele está à disposição do senhor e de todos aqui, se quiserem verificar, assim como outros expedientes da Promotoria de Justiça. E lamento só o ocorrido. Quanto a essa questão aqui, eu já ia esquecendo também, da ACT, foi dada, se eu não me engano, não sei se em decorrência dessa aqui, mas tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal também estabelecendo várias determinações quanto a moradores de rua. Inclusive, no Ministério Público, já estava agendado agora, para o dia 3, sexta-feira, pela nossa Comissão de Direitos Humanos, um debate sobre essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que o colega Leonardo Menim fez um levantamento no Estado a respeito dos moradores de rua, seria debatido nesse local aqui. O problema também do Comitê é Pró-Rua, teve uma recomendação do Ministério Público para que esse comitê seja reativado, também está à disposição o documento, eu não consegui imprimi-lo e trazer aqui, já para colocar à disposição, porque ontem na reunião até foi citado esse expediente, mas foi o que eu disse: eu não li muito o expediente nesses últimos dias. Eu desconhecia

ou não me lembrava dessa recomendação aqui. Então tem uma recomendação também para reativação do comitê, assim como outros. A Comissão de Direitos Humanos, se eu não me engano, também está com a sua composição vencida desde dezembro agora de 2023. Porque há uma ideia de se fazer alteração da composição e também do seu regramento. Também há outro canal para recebimento dessas informações a respeito dos moradores de rua. E por que são importantes essas comissões e comitês? Porque torna impessoal a denúncia e evita que as pessoas tenham que se expor e sofrer algum tipo de represália. Então os expedientes ali na Promotoria também são abertos de forma anônima, e aqueles que têm algum conhecimento de fatos que possam acarretar em alguma irregularidade que nos encaminhe e nos cobre as providências. Agradeço e coloco-me à disposição para eventual esclarecimento que se faça necessário.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós que agradecemos ao Dr. Leonardo por sua presteza.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Apenas um registro: antes de passar a palavra, é muito importante nós temos presentes o Ver. Adeli Sell, o Ver. Prof. Alex Fraga, a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. Nós temos presente também a Sra. Vanessa Canabarro, que é presidente da Associação de Curadores Judiciais. E, neste momento, ela tem um dos seus curatelados desaparecido. Esse é um dado muito importante, significativo e que precisa ser resolvido. E há uma outra informação, a de que essas pessoas todas da Garoa, Sérgio Beijo, receberam a comunicação de que os *vouchers* estão sendo cancelados, e todos tão indo para a rua hoje. Hoje, na chuva, agora.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** O Dr. Leonardo está com a palavra.

**SR. LEONARDO GUARISE BARRIOS:** Só vou complementar. Até eu tinha me esquecido, tem alguns expedientes tramitando aí, claro, em decorrência do fato, para hoje de tarde, uma audiência com o secretário do desenvolvimento social e

com o presidente da FASC para verificar a continuidade ou não desse tipo de serviço. E, se não tiver continuidade, que tipo de serviço será prestado, porque, como o senhor falou, não tem essa previsão legal desse tipo de entrega de *voucher* na legislação.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Só um registro, acho que o Beijo foi muito claro. Em uma frase ele disse: “Isso tem que ser modificado, mas nós não queríamos ir para a rua.” Isso foi muito claro.

**SR. LEONARDO GUARISE BARRIOS:** Isso até foi conversado ontem no Ministério Público.

**SR. EDISSON JOSÉ SOUZA CAMPOS:** Eu fico muito preocupado porque eu acho que isso é para fugir das fiscalizações que vão ter.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Mas com certeza.

**SR. EDISSON JOSÉ SOUZA CAMPOS:** Desculpa falar isso. Isso é para fugir das fiscalizações que vão ter dentro desses quartos que são precários, que é impossível de morar lá dentro. Então acho que isso estava esperando explodir para botar a galera mesmo para a rua. E, como o Anderson diz que o secretário não tem o borogodó para segurar o balanço, foi isso o que aconteceu.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Perfeito, Edison, são muito importantes essas questões aqui colocadas. Vamos dar prosseguimento ouvindo a Sra. Ângela Maria Aguiar da Silva, do CMAS.

**SRA. ANGELA MARIA AGUIAR DA SILVA:** Então, cumprimento a Mesa, cumprimentando todas as pessoas. Disse ontem, numa entrevista, e reafirmo aqui: nenhum de nós gostaria de estar aqui fazendo essa discussão. Eu vou iniciar, primeiro, colocando em relação ao Conselho Municipal de Assistência Social que é quem fiscaliza e quem delibera pela política de assistência social

no município de Porto Alegre. Quando a gente fala isso, a gente está falando de uma instância de controle social e a qual não vem conseguindo exercer esse controle social por não respostas do gestor municipal das questões apontadas por nós. Digo isso porque, em julho de 2023, nós encaminhamos um ofício oficial, porque era um debate que ele já ocorria internamente no Conselho Municipal, mas a gente encaminha oficialmente ao órgão gestor da política de assistência social. E é isso o que a Jucemara disse, que é a FASC, então este Conselho Municipal se dirige ao órgão gestor da política de assistência social ou ao gabinete do prefeito. Então esse atravessamento da Secretaria e por que a Prefeitura está colocando esse senhor para fazer a sua interlocução, inclusive, dizendo arbitrariedades como ele disse hoje de manhã numa reportagem que vamos parar de diz que me diz que, como ele tem feito. Então uma das questões que eu quero colocar é isso: a gente precisa ouvir atentamente as entrevistas que ele deu porque ali tem muitas questões que a gente precisa sinalizar de preconceito e de uma série de questões. Mas quero dizer que, se o órgão gestor respeitasse o Conselho Municipal enquanto instância de controle social, talvez, Edisson, a gente não teria o acidente, que não foi um acidente, mas uma tragédia anunciada. Porquê? Porque as questões que nós fizemos foi a seguinte: em relação à pousada, é uma modalidade de acolhimento ou é um benefício eventual? Tem projeto técnico específico para pousada ou está incluído em outro projeto? Qual avaliação técnica sobre a oferta de vagas em pousadas? Quem fiscaliza as pousadas? Qual periodicidade, qual metodologia e qual o registro dos mesmos? Qual o número de pessoas encaminhadas para as pousadas? O que é ofertado nas pousadas individualmente? Qual a metodologia de funcionamento ingresso, forma de acesso, acompanhamento, desligamento? Qual o RH envolvido? Qual o repasse financeiro do benefício e como é realizada a prestação de contas? Quais as pousadas, localização que estão recebendo os moradores em situação de rua e qual o número de vagas por pousadas? Esse documento a gente encaminhou para o gestor em 13 de julho e não teve resposta. A gente reitera em 22 de setembro, não tivemos resposta. E, em 25 de setembro de 2023, este Conselho fica sabendo, pelas mídias, de um projeto piloto em intervenção à população em situação de rua. Projeto esse que não era

de conhecimento do Conselho, que o Conselho nem sequer sabia do que se tratava e, inclusive, com aporte do recurso federal significativo para esse projeto. Então o Conselho encaminha um ofício solicitando quem construiu esse projeto, em que espaço ele foi discutido, quem está executando, qual a origem do recurso e qual o valor previsto para essa ação? Também não obtivemos resposta. Depois, em março, em uma reunião que a gente teve com a Pastoral da Rua, porque nós discutimos internamente e dissemos: precisamos ampliar essa discussão, precisamos ver os outros atores nesse processo para que a gente possa, então, fiscalizar de fato esse serviço. Então, a gente encaminha para o gabinete do prefeito uma solicitação sobre a questão da reativação das atividades do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, ou seja, o Comitê Pop-Rua, que o conselho teve conhecimento quando foi à reunião. Considerando as demandas específicas do Município, o conselho destaca a importância da reativação a fim de que se possa retomar o Plano Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos, responsabilidades e orçamentos, conforme previsto. Também não obtivemos. E esse documento foi encaminhado à FASC e ao gabinete do prefeito. Portanto, essa fala que está sendo feita de que não tinha denúncia é mentirosa, ela não se sustenta pelo conjunto de documentos que se vem apresentando. E aqui eu represento o segmento dos trabalhadores no Conselho Municipal de Assistência Social, e há tempo os trabalhadores vêm denunciando as condições da pousada, porque nenhum trabalhador comprometido eticamente consegue encaminhar o morador naquelas condições da pousada sem se manifestar. Portanto, digo e afirmo: era de conhecimento, sim, as condições da pousada, a desumanidade que era aquele espaço, dos moradores dizerem que o colchão que estava lá não tinha condições de ficar e disso ser encaminhado. Se acontecer, e a gente tem certeza que vai, uma investigação, foi citada pelo Elton a questão dos processos SEI, tenho certeza de que deve ter inúmeros processos SEIs internos onde tem fala dos trabalhadores em relação às condições.

Outra questão que as denúncias são tão verdadeiras é que teve um período em que supostas fiscalizações foram feitas pelos articuladores regionais, que são

cargos de confiança do Município. Esses que estavam fazendo as visitas, inclusive temos conhecimento que existem relatórios a respeito desse processo. Então, é muito grave. Eu quero aqui fazer eco ao que o Edisson disse, tivemos a morte de uma pessoa num incêndio. Quando aconteceu esse incidente, não, mas, enfim, esse incêndio que aconteceu agora, a primeira coisa que a gente disse é isso: “Vão responsabilizar os moradores, os usuários.” Essa é a fala que vai ser feita, porque sempre é.

Para concluir, permitam-me dizer uma questão: os serviços tipificados do SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, como a Jucemara já falou, têm o seu regramento para os serviços acontecerem. Eles existem, foram discutidos amplamente. Os serviços tipificados são serviços que precisam ter projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, eles precisam ter equipe técnica, eles precisam ter orçamento, eles precisam apresentar as condições. Esse serviço de pousada não é um serviço tipificado, e todo serviço que não é tipificado dá margem ao que está colocado. Então, quero deixar aqui o registro da nossa indignação. Os trabalhadores farão uma reunião hoje à noite, porque nós também estamos sentindo uma responsabilização dos trabalhadores nesse processo. E quero dizer que o Conselho Municipal também encaminhou para as entidades que prestam o serviço uma solicitação para que todas as denúncias e informações que foram feitas em relação às condições da pousada sejam encaminhadas ao conselho. Isso porque recai também sobre as entidades, uma vez que um secretário vai à imprensa dizer que não existia denúncia. Bom, então as entidades também precisam se manifestar, porque isso também recai sobre elas. Agradeço a oportunidade e só faço coro a isso: nós temos que ter um plano. O CMAS, que é o órgão controlador dessa política, coloca-se à disposição para estar em todos os espaços que forem importantes para a gente ter uma política de assistência social com garantia e com respeito à população que merece.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ângela, por favor, se puder nos fornecer esse material depois, a assessoria fará uma cópia. Nós vamos para a última oitiva da Mesa com o delegado Vinícius dos Santos, já agradecendo a sua presteza de

vir aqui, e depois vamos abrir para o plenário. Também, dado o adiantado da hora, nós queremos afunilar essa reunião, porque, como eu disse anteriormente, para quem chegou depois, nós vamos ter um dossiê ata desse nosso encontro, que está submetido à reunião ordinária à tarde.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** E alguns encaminhamentos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu só queria que a Dra. Jucemara Beltrame nos desse uma informação, que é fundamental, inclusive para o presidente dos curadores.

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Estão cancelados para novos ingressos. Então, não haverá *vouchers* para novos ingressos. O que está, permanecerá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Essa informação é de agora da FASC.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. JUCEMARA BELTRAME:** Não é verdade.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Pessoal, depois a gente abre aqui.

**SRA. ANGELA MARIA DE AGUIAR DA SILVA:** Nós só vamos encaminhar junto a este documento um dossiê que a gente fez quando também teve...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** As duas informações são importantes, mas depois a gente vê qual delas está vigente.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Exatamente, vamos ver a checagem, porque esta comissão tem essa preocupação. Dr. Vinícius, por favor, com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito bem vindo, delegado Vinícius.

**SR. VINÍCIUS NAHAN DOS SANTOS:** Obrigado. Quero cumprimentar o presidente da Mesa e as demais pessoas presentes. Na verdade, eu sou titular da 2ª Delegacia de Polícia aqui do bairro Menino Deus, na Av. Getúlio Vargas. Essa investigação está a cargo da 17ª Delegacia de Polícia. Como a circunscrição da Câmara é da 2ª Delegacia, eu acabo sendo chamado e convocado para vir aqui neste tipo de reunião. Inclusive, estive presente quando o Elton foi o Cidadão de Porto Alegre; estive na quinta-feira com a deputada Daiana, então, estou sempre aqui. Quero esclarecer que as investigações estão ocorrendo; hoje está marcado o interrogatório do dono da pousada, que foi o que o delegado Ordahi me passou. Brevemente, eu morava na Casa do Estudante da UFSM, em Santa Maria, quando ocorreu o incêndio na boate Kiss. O que me chama a atenção é que as vítimas daquele incêndio tinham história, e a mídia divulgou a história de vida delas. E aqui as vítimas desse incêndio da semana passada são invisíveis, a gente não sabe a história delas, quem são, de onde vieram. Por trabalhar no bairro Menino Deus...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Tinham a sua família.

**SR. VINÍCIUS NAHAN DOS SANTOS:** Exatamente, entrevistar familiares. Trabalho no Menino Deus, então, tenho bastante trato com a FASC, acabo tendo uma relação com a questão da população em situação de rua, que para algumas pessoas é um problema de segurança pública e acabam chamando a Polícia Civil para participar; mas em muitos casos não é, a menos que a pessoa cometa um crime, como qualquer um pode cometer. Só por não ter moradia e viver na rua não é um caso de segurança pública, não é um caso de polícia, mas acabo participando dessas reuniões. Então, o que eu vejo também como uma questão a ser pensada é que a pousada disponibilizada para essas pessoas era

chancelada pelo poder público, e todos vimos que é uma situação indigna que nenhum ser humano poderia viver. E o pior de tudo é que é o poder público encaminhando pessoas para esses locais, então, o poder público está dizendo que você pode morar aí, dormir aí, e é isso que a gente lhe oferece. São questões que a gente tem que pensar. A Polícia Civil, como ocorreu na investigação da boate Kiss, busca responsabilizar todos na medida de sua culpabilidade. Entidades privadas, atores do setor privado e atores do setor público que eventualmente são responsáveis por omissão, por culpa, por um dolo eventual. Também me faço presente para se tiver alguma questão a ser levada de imediato, esse canal pode ser mais rápido comigo aqui. Obrigado e estou à disposição.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver. Pedro Ruas.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Isso é muito importante, vereadores, só um registro. Porque, de alguma maneira, as denúncias estão sendo feitas, Angela, para dois órgãos que tratam com denúncias cotidianamente, que fazem inquéritos, que são justamente o Ministério Público e a Polícia Civil. Um está representado aqui por um promotor; o outro, por um delegado de polícia. Então, estão vendo acontecer isso, e isso está sendo gravado. De certa forma, isso não é um BO formal, mas de certa forma estão sendo feitas agora, Jair Krischke, essas denúncias. Estão sendo colocadas questões muito importantes, e uma delas, que constará depois nos encaminhamentos, é que o secretário Léo Voigt tem que dizer, já que ele sabe, quais são os 60 prédios de Porto Alegre que não têm o PPCI.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Sessenta por cento.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Perdão, 60%, claro, é muito maior, 60% é muito maior. Então, como ele chegou a esses dados que ninguém tem? Até agora ninguém tinha. É importante que o MP e a Polícia Civil querendo receber

isso como algo de caráter formal possa fazê-lo, e nós estamos aqui para isso. Era só esse registro.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Anunciei antes a presença aqui de várias pessoas do jornal Boca de Rua, não posso deixar de mencionar aqui o Luiz de Abreu, que é nosso fotógrafo. Tem mais representação de deputados da Assembleia ou vereadores aqui presentes? Queria anunciar. A Simone Mirapalmete, representando a deputada Laura Sito; Ver. Comassetto, também aqui representado. Nós, então, abrimos para rápidas intervenções de plenário, já que estamos...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Tem representação partidária, o Partido Verde.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** O Partido Verde também presente. Por favor, Maninha Medeiros, ao microfone.

**SRA. MANINHA MEDEIROS:** Bom dia, represento o mandato do deputado Leonel Radde e a Frente Parlamentar das Catadoras e Catadores do Rio Grande do Sul. Quero fazer aqui um alerta, mediante essa situação da pousada Garoa e da situação dos moradores de rua, que nas unidades de triagem de Porto Alegre, principalmente, a situação não está muito diferente, também somos e estamos numa situação de calamidade. Hoje, neste dia de chuva, quatro unidades de Porto Alegre estão sem telhado, então, as pessoas estão trabalhando embaixo da chuva e correndo o risco de tomar um choque. Aí a gente vê, e eu tenho acompanhado bastante nesses últimos dias, o portal da transparência, e a gente vê ali contratos milionários, absurdos, para algumas coisas que não têm tanta relevância. Eu questiono a Secretaria de Desenvolvimento, que hoje os catadores estão dentro da Secretaria de Desenvolvimento, saíram da alçada do DMLU, e hoje quem gerencia é a Secretaria de Desenvolvimento. Essas reformas que precisam ser feitas nos galpões, principalmente os telhados, essas quatro unidades, estão dependendo

de verba e também de licitação. A gente abre esse questionamento: por que para algumas coisas é dispensada a licitação e para outras tão emergenciais precisa de uma licitação? Peço aqui ajuda aos vereadores para que questionem tanto o DMLU quanto o Léo Voigt, vamos bater bastante em cima do Léo, porque é uma responsabilidade dele, do porquê dessas diferenças. Por que R\$ 2 milhões para a pousada Garoa se os galpões estão realmente necessitando de ajuda? Eu estou ali agora, no grupo do fórum dos catadores, recebendo os vídeos da situação em que estão os galpões. Até vou repassar para ti, Adeli, depois, para ver que o pessoal está trabalhando embaixo d'água, gente, correndo o risco de tomar um choque e também de o galpão pegar fogo. Então, a gente não está numa situação tão diferente dessas outras instituições para que não tenha o suporte da Prefeitura, que é necessário. Muito obrigada.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Faremos em seguida, logo que tu me passares, um encaminhamento onde farei um pedido de providência e pegarei assinatura dos colegas aqui presentes. Por favor, seu nome e entidade.

**SRA. VANESSA CANABARRO:** Bom dia. Sou curadora judicial e sou curadora de vários moradores de rua de Porto Alegre. Acredito que eu tinha um dos meus que estava lá, mas ele estava com um amigo, então, ele oficialmente não está em lista nenhuma, mas ele tinha me dito que estava naquela pousada e na casa de um amigo de vez em quando. Até agora ele está desaparecido, então, sinceramente, não sei se ele estava ou se não estava lá. Ele não apareceu mais e é uma das pessoas invisíveis. Eu sei a história dele, que é craqueiro. Eu estou há dois anos pedindo uma ação de acolhimento, entrei com uma ação de acolhimento para ele, porque ele necessita de um residencial inclusivo, e eu entrei com a ação de acolhimento dele em março de 2022. Tenho laudo social dizendo que ele precisa de um acolhimento, de um residencial inclusivo, eu tenho um laudo médico dizendo que ele precisa de um acolhimento. Quando eu fui com ele no DMJ – Departamento Médico Judiciário –, dentro do Tribunal de Justiça, ele tirou de dentro dos bolsos pedrinhas de crack e colocou em cima da mesa do médico, dentro do Tribunal de Justiça, e disse que usa o crack de manhã e

de noite. O médico do posto de saúde me disse que usar crack de manhã e de noite está tudo certo. Eu tenho isso num laudo escrito, do médico, dizendo que de manhã e de noite está tudo certo a pessoa usar, e ele está ótimo. Esta pessoa está sumida. Então, dentro do DMJ, do departamento médico, dentro do Tribunal de Justiça, ele tirou crack da mão e botou em cima da mesa. Essa pessoa que está sumida, que eu tenho uma ação de acolhimento há dois anos, o último despacho agora do juiz foi me pedir laudo atualizado do residencial terapêutico. Como vocês sabem, acho que todo mundo sabe, residenciais inclusivos a gente tem meia dúzia em Porto Alegre, que são os públicos, então, nós, curadores, entramos com ações judiciais de forma gratuita para os nossos curatelados, para colocá-los em residenciais terapêuticos, que são residenciais pagos pela Prefeitura. Essa, em especial, eu estou há dois anos pedindo, tendo os laudos dizendo que ele precisa desse atendimento e, possivelmente, não sei se ele... Eu não avisei no processo que ele pode estar morto ou não, porque não sei, realmente espero... Eu brigo com meus curatelados para eles não usarem drogas, mas, nesse momento, juro que eu preferia que ele estivesse num beco ali, no Centro, usando droga do que dentro da Pousada Garoa. Então, o processo está lá, posso dar o número do processo judicial para vocês, faz mais de dois anos, e eu tenho os laudos dele. O que aconteceu comigo na Garoa? Já fui mais de uma vez na Garoa, com o oficial da justiça e a Brigada Militar, a porta estava fechada com cadeado, eu arrombei o cadeado para poder entrar, a brigada e a polícia ficaram na porta, e eu entrei sozinha para buscar meus curatelados. Uma delas levou uma facada, às 3h da manhã, do companheiro, que não era da pousada, não tinha segurança, não tinha nada, nem ninguém. Ela me ligou às 3h da manhã, pedindo ajuda, eu fui para lá com a Brigada Militar, a brigada ficou na porta, eu invadi a pousada, entrei e peguei ela e a levei para Delegacia da Mulher. Lá, eu fiquei doze horas com a minha curatelada incapaz, na Delegacia da Mulher. Pedi ajuda para a FASC, pedi ajuda para todo mundo, liguei para todos. Fizeram uma reunião emergencial para a FASC, e o que a FASC me disse? Mulheres interditadas, curateladas incapazes, não têm direito a ter um local adequado de segurança. Então, todas as casas, Maria e coisa e tal, a minha curatelada, por ser incapaz, eles não podem receber. Então, o que

eu pedi? A assistente social da Delegacia da Mulher conseguiu um favor, mandando a minha curatelada para Maribal, que não tinha luz, ela esfaqueada, depois de eu ficar doze horas dentro da delegacia, porque não existe um órgão público que atenda uma curatelada minha, incapaz, que sofreu abuso, que sofreu lesões. Não existe um acolhimento.

Eu tenho diversos exemplos. A gente trabalha com isso. Esse meu curatelado, não ganho nada para ser curadora dele. A Natasha, que está ali, que é curadora judicial, hoje de manhã, foi chamada às pressas no CREA, porque o curatelado dela, que tem um *voucher* da Prefeitura, que já está há um tempo com o *voucher* na Prefeitura, foi cancelado hoje o *voucher*, e foi dito para ela que acharam um local para o curatelado dela, que é morador de rua, estava no *voucher*, para ele achar um local decente. Então, ela está com curatelado agora na rua e eu os outros todos, vão botar na chuva, na rua, porque não existe política pública para eles. Esses tempos agora, há três semanas, eu fui no ISP feminino, me ligaram às 20h do ISP feminino, que uma curatelada minha estava tendo alta – às 20h. Eu simplesmente fui para o ISP feminino, sexta-feira, 20h, pegaram uma curatelada que eu tinha até as 22h para tirar ela. Simplesmente, liguei para todos os órgãos tentando achar um local para colocar ela; não existe, não tinha. Aí eu pedi para uma clínica paga, em que eu tenho meus curatelados, se aceitava ele. Essa clínica, hoje, tem cinco curatelados meus, sem pagar nada, porque eu não tenho as ações judiciais deles e eles estão esperando há um, dois, três anos. Essa minha curatelada, às 20h quando eu fui buscar, na verdade me ligaram às 20h, eu cheguei umas 21h/22h, no IPF feminino, se eu não tivesse ligado para o dono da clínica, e ele fosse me ajudar a botar ela lá junto com meus outros quatro que eu já tenho lá, sem pagar nada, porque o Município não tem local para botar, ela ia para a rua. Esses tempos eu tirei um do Vila Nova, que me deram alta para ele, se eu tenho ação judicial também de acolhimento, simplesmente eu paguei do meu bolso R\$ 450 por uma pousada lá na Restinga. Quando eu cheguei na pousada da Restinga, que eu paguei do meu bolso R\$ 450 para não o deixar na rua, a posada era um chão de terra, não tinha colchão. E eu tinha pago R\$ 450 para deixá-lo lá. Eu o deixei lá chorando, porque eu não tinha um local para deixar esse meu curatelado. Ele ficou uma semana lá e foi embora para a rua,

como os outros todos meus curatelados preferem ficar na rua do que nas Pousadas Garoa, ou é nessas pousadas. Assim, a gente não tem onde colocar essas pessoas, simplesmente os hospitais nos ligam, está de alta, e a gente não tem onde botar. Isso é a nossa realidade diária.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Vou solicitar à senhora que os documentos legais que você tiver e puder aportar à comissão, nós agradecemos e vamos anexar. Pode ser?

**SRA. VANESSA CANABARRO:** Posso, claro.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Obrigado. O Sr. Gabriel Alves Godoi está com a palavra.

**SR. GABRIEL ALVES GODOI:** Meu nome é Gabriel Godoi, eu estou representando o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Eu queria lembrar que a população em situação de rua, em Porto Alegre, prefere, muitas vezes, como a colega disse, ficar na rua do que no acolhimento institucional. Lembrar que a rua é um espaço de acolhimento, às vezes, muito melhor que essas instituições, e muitas pessoas só não estão na rua por causa da hiperviolência cometida pela polícia sobre a população de rua, principalmente no Centro de Porto Alegre, que obriga essas pessoas a ficarem em situação extremamente grave.

Como membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, eu quero dizer que a situação de Porto Alegre não é normal, não é comum das denúncias que nós recebemos em nível federal. Porto Alegre e Santa Catarina principalmente estão muito acima da violência contra as pessoas moradoras de rua. Porto Alegre falha com a sua população e é uma situação para muito além do que a gente está acostumado. Com isso eu quero dizer que deixo à disposição o Conselho Nacional de Direitos Humanos, porque considero que, por conta dessas falhas, a situação de Porto Alegre deixou de ser do âmbito municipal e deveria ser federalizada para uma fiscalização real e de verdade.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós agradecemos a sua intervenção, minha saudação também para o vosso conselho. O Sr. Renato Farias dos Santos está com a palavra.

**SR. RENATO FARIAS DOS SANTOS:** Bom dia. Só queria falar na realidade das denúncias, uma das questões. Dizem que não havia denúncias. Nós, na Pastoral da População em Situação de Rua, muitas vezes, fizemos essas denúncias, tanto nas reuniões onde, estranhamente, comparecia sempre o secretário do Desenvolvimento Social, Léo Voigt, e não a FASC, mas foi colocado isso. Nós fizemos um seminário no Pão dos Pobres, quando nós tivemos uma reunião específica com representação, naquele dia, da FASC, do DEMHAB, da Saúde, e foi levantada, especificamente, essa situação da Pousada Garoa. Isso foi em 2021 ainda, então desde essa época, já era denunciada a precariedade. Há informações, inclusive, de pessoas que, naquele dia, falaram e depois não tiveram mais *voucher*, não sabe por que. Estranho, assim, a situação. Isso é importantíssimo. A gente está vendo na imprensa agora a fala de possível destituição da direção da FASC, mas a gente afirma também que muito pouco se viu a FASC tendo a direção desse processo. A gente via sempre nas reuniões o secretário de Desenvolvimento Social respondendo pela Prefeitura, como homem ligado diretamente ao próprio prefeito, como ele mesmo já disse em reuniões. Então, tudo isso tem que ser apurado, porque agora a coisa é séria, foram mortes, pessoas feridas, pessoas que estão sendo escondidas também, porque não são divulgadas nem o nome das pessoas mortas para que os parentes possam saber quem é que está morrendo. Então a gente precisa, é importantíssimo esse momento proporcionado pela comissão aqui, e é importantíssimo que agora se tome realmente atitudes, que a Prefeitura responda por sua omissão. Eles dizem, por exemplo, que existe uma Lei de Liberdade Econômica, que pode ser só uma declaração. Então, se pode botar uma indústria química, se pode botar qualquer coisa aqui, basta uma declaração? Na realidade, hospedagem, hotel, pousada, sempre foi uma atividade que não é uma atividade baixo risco, a Lei de Liberdade Econômica

fala disso, de atividades de baixo risco; é uma atividade de alto risco, e se essa declaração substitui o PPCI, então não precisaria mais PPCI. Eu acho que o próprio promotor já falou que não é bem assim, que a coisa é completamente diferente. Então, essas falas, são falas falsas que a gente tem que denunciar e tem que tomar providências sérias contra elas.

**VEREADOR PEDRO RUAS:** Obrigado, Renato. O Renato tem uma história brilhante, que nos orgulha.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Sim, também aqui na nossa escola. Eu queria dizer aqui agora: velhos conhecidos, não é, Dr. Jair?

**VEREADOR PEDRO RUAS:** Professora Kerly Ferro, quer fazer uso da palavra? (Pausa.) Não. Mais alguém inscrito? Nós temos alguns encaminhamentos previstos. O Sr. Fabio, do jornal Boca de Rua, está com a palavra.

**SR. FABIO SARAIVA CORRÊA:** Bom dia a todos. Sobre esse acontecimento, sobre a Pousada Garoa, eu fui um dos que, em 2001, logo no início do projeto de moradia, havia muitos... Por isso que foi criado um comitê municipal, como a pastoral tinha falado ali, e havia regras para ser assinado este contrato com a Pousada Garoa. No momento em que teve esse contrato com o governo, tinha muitas exigências, e, no final, não aconteceu nada disso, como, por exemplo, que as pousadas, essas moradia para população em situação de rua, tinham que ser distantes 100 metros de ponto de prostituição, ponto de tráfico; estava no contrato, que depois foi aprovado, que teria que ter janelas nos quartos. As primeiras vagas seriam para pessoas com crianças, mulheres com crianças, aí, no final, isso aí foi em 2020, logo que começou esse programa de moradia, foi antes da covid... Agora, depois desse acontecimento, resolveram fazer uma denúncia, nós, do jornal Boca de Rua – nós temos o jornal aqui ó, que não é deste ano, é do ano de 2022, quando pegou fogo na Garoa, que teve uma morte e nove feridos, nós já havia feito essa denúncia. E eu, como morei lá, eu sei porque ainda morei na época da covid, não podia entrar visita, era trancado o

portão, assim como é hoje, que eu tenho dois amigos que moram na Garoa, da Santana. No início desse programa tinha uma ou duas Garoas, e nas reuniões do comitê, na época em que tinha um comitê aqui, eles disseram assim: “Não, já temos dois lugares aqui para ficar no Centro”, porque nós optávamos ficar no Centro por causa das nossas correrias, a maioria era tudo aqui no Centro de Porto Alegre. E, com valor de R\$ 500,00, seria difícil aqui no Centro Histórico ou perto do Menino Deus, esses lugares não teriam casas com janelas, longe de pontos de prostituição ou longe do tráfico de drogas, era só a Garoa que aceitaria pelo governo, porque tem outras pousadas que não aceitam aluguel social, como tem na Rua Washington Luiz, acho que é dona Lena, não lembro o nome da mulher ali, o único lugar que aceitava era a Garoa. Quando eu cheguei na Garoa, olhei, no programa diz que eles te dão quarto, lençol, gás, tem onde fazer comida, onde tomar banho, tem quarto separado, não sei o quê, mas quando eu entrei, eram 2 metros por... Só cabia uma cama de solteiro, e se tu estiveres atrasado para ir trabalhar, fazer alguma coisa e acordar muito rápido, dava de cabeça naqueles tapumes, que é um risco de fazer pegar fogo, como foi o que aconteceu. Sendo criminal ou não sendo criminal. Aí, tá, isso aí já foi um descaso. Aí como é que não tem nada contra incêndio? Agora, por exemplo, acho que foi quinta-feira que aconteceu esse acidente, essa semana, eles disseram que iam vistoriar todas as pousadas do Garoa. Quanto tempo já deu para eles chegarem lá e botarem um extintor? Hoje mostrou na televisão um cara entrando como se fosse alugar um quarto na Garoa, estava tudo cheio d'água, infiltrações, como é que uma pessoa diz que isso é moradia digna? E sem falar também no que vai acontecer com essas vítimas que sobreviveram nessa pousada da Farrapos, eles que inalaram fumaça. Quem é que vai pagar o tratamento médico, fisioterapia? Eles inalaram muito fumaça, sobreviveram, não morreram, mas aí o que vai acontecer com eles? Quem é que vai ajudar eles? O que fizeram? Eles tiraram os que estavam nessa Garoa e levaram para a outra Garoa. Impressionante. O que vai ser, o que vai acontecer? A Prefeitura diz que é culpa dos usuários, tanto que não deixaram nem o nosso jornal Boca de Rua entrar lá na comitiva que o prefeito Melo falou.. Não deixou que os maiores interessados, que somos nós... Por quê? Porque nós botamos no jornal para

que... No Diário Gaúcho vocês veem? No jornal Zero Hora? Não tem as matérias que têm neste jornal aqui, jornal que tem 24 anos. Eu não gosto nem de falar muito o nome do Melo, mas tem que falar, ele não quis deixar, que era só a imprensa tradicional. Poxa, nós temos 24 anos, já fizemos até denúncia da pousada, e aí não se faz nada. E o que eu vejo, agora, atualmente, já não estou na rua, mas estou em situação... Onde eu ando, eu ando muito pela rua, continuo andando pela rua, (Ininteligível.) jornal, mas agora o que vai acontecer? Mesmo se eles chegarem lá na Pousada Garoa, o prefeito, assim: “Não, nós vamos encerrar, vamos encerrar a Pousada Garoa, o contrato com a Pousada Garoa, não vamos ter mais, não vamos ser mais a Pousada Garoa, o que vai acontecer? Na minha opinião, o André Garoa, como assim, todo mundo já sabe que a ficha dele é criminal, é um estelionatário, obviamente ele vai pegar, mudar o nome da Pousada Garoa, vai botar o nome de outra coisa e vai continuar assim, sendo que essas denúncias já tinham sido feitas, que aparece em todos os jornais, no Brasil todo aí. A FASC já estava sabendo disso tudo aí, que não tinha extintor, que as pessoas eram trancadas. Se for um morador, um amigo meu que mora lá, nós estávamos fazendo um churrasco na rua, fizemos um churrasco na rua, perto do condomínio onde eu moro, e ele disse: “Bah, cara, tenho que ir embora porque vão fechar o portão à meia-noite.” Então, quer dizer que fica cadeado, e ele não tem saída. Nesse aí que tinha, era sem saída, o cara foi sair por uma outra saída, teve que pular a janela, acabou se ferindo, está no Pronto Socorro. Aí que eu gostaria de saber, se alguém pudesse dar resposta, o que vão fazer com esses que sobreviveram aí, com queimaduras... Ficou vivo, todo queimado, vai se tratar onde, no consultório na rua, no Pronto Socorro, mas se eu moro na rua, eu tenho que ir ao posto de saúde, mas não é dali meu posto de saúde, é da Cruzeiro, mas onde que eu vou tratar minhas queimaduras? Eu vou morrer, eu vou ficar na rua. Obrigado, então!

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Fábio, esclareceste! Queria fazer apenas uma correção: Passo a palavra para a professora Kerly Ferro, que, na verdade, representa a Rede Sustentabilidade.

**SRA. KERLY FERRO:** Bom dia a todos, parabenizando e agradecendo essa oportunidade ao Ver. Pedro Ruas de estarmos todos aqui; sou professora, represento a Rede Sustentabilidade, como coordenadora do Elo Mulheres; bom, eu não ia falar, mas eu fiquei impressionada com o que aconteceu hoje pela manhã – nós sabemos que a RBS, a Rede Globo, elas têm lado né. Hoje aconteceu um fato no Bom Dia Rio Grande, enquanto eu tomava café, que me deixou nauseada. Léo Voigt, acho que é o secretário, que falou; então, ele falou que as pessoas... O apresentador perguntou, em vários momentos, por que as pessoas moravam, ficavam naqueles lugares horríveis, daquele jeito? Ele foi muito irônico quando disse: “Vocês estão querendo que as pessoas morem, fiquem num lugar, como se fossem hotéis?” Aí o apresentador ficou assim... Não, ele ficou assim, furou a bolha, naquele momento furou a bolha, porque até a RBS ficou chocada. Precisa acontecer uma tragédia dessas para que pessoas de direita, que não conseguem enxergar o ser humano, fiquem chocadas. Ele ficou chocado e falou: “Não, a gente apenas quer saber... Quer que eles tenham condições mínimas. Eles estavam vivendo com ratos e baratas.” Aí o querido do nosso secretário falou: “Não, mas ratos e baratas é algo com que nós convivemos, a maioria dos porto-alegrenses, em torno das nossas casas.” Furou a bolha, gente, porque, assim, qualquer pessoa que estivesse assistindo aquilo ali, se não se tocou, assim, na falta de humanidade desse governo, então, assim, tem que internar por que como que o cara teve coragem de falar isso. Tipo, assim, foi claro, ele não têm o menor respeito pelo ser humano, o menor respeito. Então isso me chocou, chocou a quem estava ali. Eu não consegui nem terminar de assistir. Eu quero dizer que, nesse momento, furou a bolha, sim, porque a RBS foi obrigada a tomar uma posição naquele momento. Eu digo que o nosso partido, a Rede Sustentabilidade, coloca-se à disposição; eu sempre falo que o meu sonho de consumo é passar nas ruas e não ver mais ninguém em situação de rua, que todos tenham dignidade. Eu vou batalhar até o fim da minha vida para que eu possa realizar esse sonho. Muito obrigada a vocês!

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Nós que agradecemos. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para seus encaminhamentos; depois eu faço um fecho da reunião.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu quero agradecer ao Jair Krischke, agradecer ao (Ininteligível.), ao Dr. Leonardo, ao Dr. Vinicius, ao nosso Elton Bozzetto, à Dra. Jucemara, à Dra. Angela, às amigas, aos amigos, a quem se manifestou, a todas e todos, particularmente ao Ver. Adeli Sell, nosso vice presidente que prontamente conduziu esta reunião, à Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, à Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, ao Ver. Alex Fraga, que são parceiros e parceiras de todas as horas, nos momentos mais difíceis, quando muitos, Jair Krischke e Elton, fogem das responsabilidades. E estas e estes que estão aqui não fogem, estão presentes. Eu agradeço muito, porque isso faz muita diferença para nós. Rapidamente digo que teremos outros encaminhamentos, mas basicamente, além daquilo que falei em relação as denúncias que o MP e a Polícia Civil já têm acesso, porque assistiram, isso está gravado, temos também a formação de uma comissão externa de fiscalização, por sinal sugerida bem no início, pelo Ver. Adeli Sell, vice-presidente desta Comissão; a denúncia ao MP e à Polícia Civil acabou de ser feita, várias foram feitas aqui, bem como a verificação dos cadastros das pessoas que moram nas pousadas – isso não foi feito nunca. O Elton Bozzetto lembrou, nunca, jamais! Quem mora lá, como é o nome, quem são os parentes, quem encaminhou? A verificação com bombeiros sobre a existência de PPCI de escritório, houve uma fraude. Em 2019, isso é importante registrar, foi pedido um PPCI de escritório para o Corpo de Bombeiros, que forneceu, mas isso é uma fraude, é uma mentira, Angela, não era escritório e nunca foi, nem em 2019 era escritório; então, já era mentira ali, delegado Vinicius, naquele momento. E finalmente onde ficarão as pessoas despejadas hoje, caso tenham sido ou caso não consigam ingressar em algum lugar? Há outros encaminhamentos, Renato, mas serão feitos oportunamente. O Ver. Adeli já explicou, devolvo a palavra a ele, que todo esse material será entregue hoje, às 14h, formalmente, na reunião ordinária da Comissão. Muito obrigado.

**PRESIDENTE ADELI SELL (PT):** Mais uma vez a minha saudação – estamos passando esse momento muito difícil em Porto Alegre – aos que atenderam ao convite, à convocação desta Comissão, os nossos doutos e sempre presentes servidores aqui dessa Comissão; faremos os encaminhamentos, que eu acabei de propor, colocar para o presidente desta Comissão, Ver. Alvoni Medina, essa questão, bem como ao outros colegas da comissão. Quero agradecer também a confiança, como vice-presidente, em poder ter dirigido essa reunião e mais uma vez agradecer a presença de todos. Muito obrigado! Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h05min.)

TEXTOS SEM REVISÃO